

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 518.709 - SP (2019/0187984-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSIELITON FRANCISCO MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOSIELITON FRANCISCO MARTINS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Segundo se depreende dos autos, o Juízo das Execuções declarou remidos 4 dias do total da pena cominada ao paciente, considerando a proporção de 4 dias de reprimenda para cada 30 dias de leitura, nos moldes da Portaria Conjunta n. 276/2012, do DEPEN, e da Recomendação n. 44/2013 do CNJ (e-STJ, fls. 57-58).

Irresignado, o *Parquet* estadual manejou agravo em execução, perante o TJSP, que foi provido (e-STJ, fls. 77-82).

Neste *writ*, alega a defesa, em síntese, que o paciente faz jus à remição da pena, pois a leitura é equiparada ao estudo, para os fins previstos no art. 126 da Lei de Execução Penal, tendo sido, ainda, estimulada a partir da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

Afirma, ainda, que o pleito encontra amparo na previsão dos arts. 1º da Lei de Execução Penal e no art. 205 da Constituição Federal, sendo direito do apenado.

Requer a concessão da ordem "para reconhecer a legalidade da remição pela leitura, nos termos do art. 126 da LEP e Resolução 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça" (e-STJ, fl. 9).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Desse modo, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, é possível a remição de parte do tempo da execução da pena pela atividade de leitura, como resultado de uma interpretação analógica *in bonam partem* da norma inserta no art. 126 da Lei de Execução Penal que prevê a hipótese de abreviação da pena pelo estudo.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELA LEITURA. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM DISSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL

Superior Tribunal de Justiça

DESTA CORTE SUPERIOR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Hipótese em que o reeducando teve remidos quatro dias de sua reprimenda privativa de liberdade pela leitura, nos termos da Recomendação n. 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça.
2. Esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento no sentido de ser viável a concessão da remição por atividades não expressas na lei, diante de uma interpretação extensiva *in bonam partem* do artigo 126 da Lei de Execução Penal.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 696.637/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 4/3/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO. EVIDENCIADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM EXPEDIDA DE OFÍCIO. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA. POSSIBILIDADE.

1. Apesar de se ter solidificado o entendimento da impossibilidade de utilização do *habeas corpus* como substitutivo do meio cabível, o Superior Tribunal de Justiça analisa, com a devida atenção e caso a caso, a existência de manifesta coação à liberdade de locomoção.
2. A jurisprudência da Sexta Turma é firme quanto a admitir a remição da pena pela leitura nos termos da Portaria conjunta n. 276/2012, do Departamento Penitenciário Nacional/MJ e do Conselho da Justiça Federal, bem como da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça.
3. A norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado, sendo possível o uso da analogia *in bonam partem*, que admita o benefício em comento, em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal (REsp n. 744.032/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 5/6/2006).
4. Sendo um dos objetivos da Lei de Execução Penal, ao instituir a remição, incentivar o bom comportamento do sentenciado e sua readaptação ao convívio social, a interpretação extensiva do mencionado dispositivo impõe-se nessas circunstâncias, o que revela, inclusive, a crença do Poder Judiciário na leitura como método factível para o alcance da harmônica reintegração à vida em sociedade.
5. Na espécie, embora não fosse cabível o *habeas corpus* no lugar do recurso especial, diante dos precedentes a respeito do tema, ficou caracterizada a existência de manifesto constrangimento ilegal a ser reparado, justificando-se, assim, a concessão, de ofício, da ordem para restabelecer o *decisum* do Juízo da execução que declarou remidos 8 dias da pena do paciente.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 323.766/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 9/10/2015).

Dispõe, no que interessa ao deslinde da *quaestio*, a Portaria Conjunta n. 276/2012, do Departamento Penitenciário Nacional/MJ e do Conselho da Justiça Federal:

Superior Tribunal de Justiça

"Art. 1º Instituir, no âmbito das Penitenciárias Federais, o Projeto 'Remição pela Leitura', em atendimento ao disposto na Lei de Execução Penal, no que tange à Assistência Educacional aos presos custodiados nas respectivas Penitenciárias Federais.

Parágrafo único. O referido Projeto poderá ser integrado a outros projetos de mesma natureza que venham a ser executados nas Penitenciárias Federais.

Art. 2º O Projeto visa à possibilidade de remição da pena do custodiado em regime fechado, em conformidade com o disposto no artigo 126 da Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, alterado pela Lei 12.433/2011, de 29 de junho de 2011, concomitantemente com a Súmula 341 do STJ, com o Art. 3º, III da Resolução n. 2 do Conselho Nacional de Educação e com o Art. 3º, IV da Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, **o qual associa a oferta da educação às ações complementares de fomento à leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva.**

[...]

Art. 4º Segundo o critério objetivo, o preso terá o prazo de **21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para leitura de uma obra literária, apresentando ao final deste período uma resenha a respeito do assunto**, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras lidas e avaliadas, terá a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da Unidade.

Art. 5º **O critério subjetivo possui embasamento legal no artigo 126 da nº 7210, de 11 de julho de 1984, equiparando-se ao trabalho intelectual, e considerar-se-á a fidedignidade e a clareza da resenha, sendo desconsideradas aquelas que não atenderem a esse pressuposto.**

Art. 6º O referido Projeto desenvolver-se-á de acordo com:

I - **A seleção dos presos participantes e a orientação de suas atividades será feita pela equipe de tratamento penitenciário, sendo que a avaliação das resenhas elaboradas ficarão a cargo de comissão específica, a ser nomeada pelo Diretor de cada Penitenciária Federal e presidida pelo (a) Chefe (a) da Divisão de Reabilitação da respectiva Unidade.**

[...]

V - **O preso participante do Projeto receberá orientações para tal, preferencialmente, através de Oficinas de Leitura, sendo cientificado da necessidade de alcançar os objetivos propostos para que haja a concessão da remição de pena, a saber:**

a) **ESTÉTICA: Respeitar parágrafo; não rasurar; respeitar margem; letra cursiva e legível;**

b) **LIMITAÇÃO AO TEMA: Limitar-se a resenhar somente o conteúdo do livro, isto é, não citar assuntos alheios ao objetivo proposto;**

c) **FIDEDIGNIDADE: proibição de resenhas que sejam consideradas como plágio.**

VI - As Oficinas de Leitura, com vistas ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento da escrita como forma criativa de expressão, abrangerá um universo maior de participantes e será realizada pela equipe de tratamento penitenciário e possíveis colaboradores, em

Superior Tribunal de Justiça

salas de aula ou oficinas de trabalho, em data previamente agendada junto a Divisão de Segurança e Disciplina.

VII - A Comissão organizadora do Projeto analisará os trabalhos produzidos, observando os aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz Federal da Execução de Penas de cada Estabelecimento Penal Federal, para que este decida sobre o aproveitamento a título de remição da pena, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena aos que alcançarem os objetivos propostos.

[...]" (Grifou-se).

A Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça preceitua:

"[...]

Art. 1º Recomendar aos Tribunais que:

[...]

V - estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei n. 7.210/84 (LEP - arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII), observando-se os seguintes aspectos:

[...]

e) procurar estabelecer, como **critério objetivo, que o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra, apresentando ao final do período resenha a respeito do assunto**, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional;

f) **assegurar que a comissão organizadora do projeto analise, em prazo razoável, os trabalhos produzidos, observando aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado da avaliação deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz de Execução Penal competente, a fim de que este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena para os que alcançarem os objetivos propostos;**

[...]

h) a remição deverá ser aferida e declarada pelo juízo da execução penal competente, ouvidos o Ministério Público e a defesa;

[...]"

O entendimento desta Corte está consolidado no sentido de admitir a remição da pena pela leitura nos termos da Portaria Conjunta n. 276/2012, do Departamento Penitenciário Nacional/MJ e do Conselho da Justiça Federal, bem como da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça. Dos termos da portaria conjunta e da recomendação anteriormente citadas, verifica-se que a comissão deverá apresentar análise da resenha apresentada pelo reeducando, observando "os aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado" e,

Superior Tribunal de Justiça

posteriormente, encaminhar ao Juízo da Execução competente para que "este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada".

Na hipótese dos autos, o Juízo da execução decidiu que (e-STJ, fl. 58):

"No caso em questão, conforme relatório conjunto de avaliação da Secretaria da Administração Penitenciária, o sentenciado efetuou a leitura do livro 'Cinderela Chinesa', de Adeline Yen Mah, atestando que o paciente apresentou sua resenha perfeitamente elaborada, contendo introdução, desenvolvimento, conclusão claramente perceptíveis e corretos com emprego da norma culta, conforme atestado (fls. 101). Ao final, a Comissão de Avaliação emitiu parecer favorável à concessão da remição de pena, em virtude do conteúdo apresentado.

Por fim, não podemos deixar de observar que se trata de projeto que busca a evolução intelectual, a reintegração e a ressocialização do preso à sociedade, sendo o incentivo à leitura um grande passo no cumprimento da finalidade da pena - prevenção especial.

Ante o exposto, DECLARO REMIDOS 04 (quatro) dias do total das penas impostas ao(a) sentenciado(a) Josieliton Francisco Martins, [...], considerando 04 (quatro) dias de pena para cada 30 (trinta) dias de leitura e o faço segundo os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta n. 276 de 20 de junho de 2012, do DEPEN e na Recomendação n. 44/2013 do CNJ."

O Tribunal de origem, por outro lado, cassou a remição concedida, mediante a seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 80-81, grifou-se):

"Realmente, os documentos juntados aos autos dão conta de que o agravante concluiu a leitura do livro 'Cinderela Chinesa', apresentando resenha e obtendo parecer favorável de membros da comissão de avaliação do estabelecimento em que se encontra recolhido (fls. 34/41).

E não há dúvidas de que a leitura é meio de reinserção social do reeducando, servindo de instrumento de crescimento intelectual e combate à ociosidade no ambiente prisional.

Não se desconhece, por certo, o teor da Portaria Conjunta n. 276/2012 e a Recomendação n. 44/2013 do CNJ, preconizando a valorização das atividades de caráter complementar para fins de remição.

Entretanto, ainda assim e respeitado o posicionamento do douto magistrado, o pleito não era de ser acolhido, eis que a simples leitura de um livro não pode ser equiparada à atividade de ensino de que trata o art. 126, § 1º, I, da LEP, descabendo ao juiz criar o que a norma legal não o fez, pena de usurpar a função legislativa.

Nesse sentido, inclusive, a Súmula 341 do STJ: 'A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semiaberto' (grifo nosso).

Aliás, como bem ponderado pela Procuradoria Geral de Justiça em seu parecer, que se adota como razões de decidir '(...) a aplicação de tal benesse acabaria por ocasionar verdadeira discriminação entre presos alfabetizados e aqueles que não sabem ler, distinção esta

Superior Tribunal de Justiça

inadmissível em atenção aos princípios da reserva legal e da isonomia, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, dando ensejo a evidente distinção de natureza social (...).' (fl. 62).

Nesse sentido, precedentes desta Casa de Justiça:
[...]"

Desse modo, entendo que há ilegalidade apta a autorizar a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. De ofício, **concedo** a ordem para cassar o acórdão impugnado e restabelecer a decisão prolatada pelo Juízo de Direito da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal DEECRIM 5ª RAJ da Comarca de Presidente Prudente/SP.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator